



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

---

Certidão nº: **52849/2022**

Validade: 22/10/2022

---

Nome Civil: MARIANA COMIRAN TESTA PELOZO

Carteira - CREA-PR Nº :PR-152346/D

Registro Nacional : 1715203712

Registrado(a) desde : 09/03/2016

Filiação : JAIME DOMINGOS TESTA

IVETE FATIMA COMIRAN TESTA

Data de Nascimento : 27/06/1993

Documento de Identidade : 7.246.105-3 Orgão Emissor : SESP/PR UF : PR

CPF : 06466798992

Naturalidade : PATO BRANCO/PR

---

Título: ENGENHEIRA CIVIL

PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PARANA

Data da Colação de Grau : 03/03/2016

Diplomação : 03/03/2016

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

---

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:

74208 - GEO PERFIL ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 38065263000151

Desde: 22/01/2021 Carga Horária: 40 Horas Unidade: HORA/SEMANA

---

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2022.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

---

Para fins de: CADASTRO

---

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 125029/2022.

Emitida via Internet em 25/04/2022 12:57:21

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.